

Oswaldo Truzzi

# Italianidade no interior paulista

Percursos e descaminhos  
de uma identidade étnica  
(1880-1950)



Apoio:



## Sumário

Prefácio 9

À guisa de introdução teórica 15

A profusão de italianos no interior paulista 21

Uma italianidade construída em São Paulo 27

No meio rural 43

No meio urbano 61

Processos de mobilidade 61

O movimento associativo, divisões regionais e de classe 82

Desdobramentos políticos na terra de origem 100

Desdobramentos políticos na terra de adoção 108

À guisa de conclusão 123

Créditos das imagens 129

Referências bibliográficas 131

## Prefácio

*Angelo Trento*

Com este trabalho admirável, Oswaldo Truzzi dá sequência ao percurso de uma pesquisa iniciada há trinta anos, com foco em São Carlos, que agora se expande utilmente à presença italiana em todo o interior de São Paulo, em particular nas vastas regiões cafeeiras. A grande importância da contribuição que o leitor tem diante dos olhos não pode ser ignorada – entre outros tantos motivos, pela consistência das coletividades peninsulares no interior que, como evidencia o autor, representaram, até a Primeira Guerra Mundial, a maioria da colônia italiana residente no estado, com percentuais que variavam de 30% a 50% da população total de vários municípios, nos quais haviam substituído a mão de obra escrava nas fazendas, graças à imigração financiada, custeada primeiramente pelo governo central e, posteriormente, pelo governo paulista. Truzzi se detém nas condições de vida nas lavouras, na relação que se estabelece entre imigrantes e negros, na função exercida pelos italianos, que trazem consigo uma ética do trabalho própria e valorizam pela primeira vez o trabalho manual, visto até então como atividade típica da mão de obra forçada. Nesse sentido, eles podiam ser considerados um fator de modernização, principalmente nos centros urbanos, para onde com frequência se dirigiam após o final do ano agrícola por causa da vida difícil que eram obrigados a levar nas fazendas, também em função de uma disciplina herdada da mentalidade escravocrata.

Assim, os italianos se inseriram num mercado de trabalho urbano que na época ainda se apresentava indefinido e com muitas profissões que foram se delineando justamente nas décadas do maior afluxo dos oriundos da península, permitindo-lhes ocupar espaços em grande parte vazios e exercer quase um tipo de monopólio em algumas profissões – ainda que, na prática, tenham ocupado quase todas as atividades de trabalho (como demonstram os numerosos exemplos apresentados por Truzzi) –, tanto em ocupações marginais (por exemplo, como mascates, trabalho ambulante transmitido posteriormente a outras etnias) quanto em setores artesanais que requeriam um mínimo de profissionalismo. Essa presença maciça nos municípios do interior e mesmo na capital do estado alimentou durante muito tempo a impressão de se estar mergulhado em cidades italianas, por causa do idioma e, mais ainda, por causa dos dialetos que ecoavam pelas ruas, pelas placas dos estabelecimentos comerciais, e pelo estilo, interno e externo, das habitações.

Nas condições descritas, não é surpreendente que se tenham registrado fenômenos não episódicos de mobilidade social e a formação de uma elite étnica no comércio e na indústria – fenômeno estimulado pela expansão do café – da qual nos é fornecido um vigoroso elenco em diversos municípios e que tem como testemunha o notável aumento das propriedades imobiliárias. E, se alguns nomes que emergiram (e alimentaram o mito do *self made man*) conseguiram até mesmo estabelecer laços de parentesco com famílias oligárquicas brasileiras, a norma, sugere-nos o autor, foi representada por uma elite que, ao contrário daquela da capital paulista, era quase toda de origem modesta, que não apresentou a possibilidade de exibir as grandes fortunas acumuladas pelos milionários italianos da capital. De resto, o que impressiona mais no êxodo italiano para o Brasil é a afirmação, ainda que não grandemente difundida, de ascensões sociais pouco espetaculares, mas que garantem ao imigrante e a sua família a possibilidade de conduzir uma existência digna.

Nesse quadro geral, Truzzi propõe um tema até agora pouco questionado no Brasil pela historiografia imigratória e se interroga sobre os caminhos pelos quais os italianos – nesse caso, no interior do estado de São Paulo – primeiro constroem e depois assimilam, em um período de setenta anos, uma identidade étnica própria, e sobre como isso incide sobre os descendentes e, até mesmo, sobre a sociedade que os acolheu. É notório que, quando começou a emigração de massa com destino ao Brasil, não existia na Itália um senso

compartilhado de pertencimento, tanto que alguns estudiosos, como Donna Gabaccia, preferem falar de emigrantes da Itália em vez de emigrantes italianos e de diásporas em lugar de diáspora. Com efeito, a unidade nacional havia sido conquistada havia 25 anos apenas e os habitantes da península se caracterizavam por práticas culturais e processos sociais diferentes entre si, na grande maioria das vezes ignorando a língua italiana, falando somente os próprios dialetos e tornando difícil, quando não impossível, a comunicação entre pessoas de diferentes regiões.

Entre as classes sociais que alimentaram os fluxos emigratórios, era quase ausente qualquer apego à pátria (que, além do mais, as havia obrigado a partir para sobreviver e não as protegia no exterior), faltando-lhes até o conhecimento desse conceito. A afirmação de uma identidade comum era dificultada pela existência de memórias diferentes e pela falta de valores amplamente reconhecidos, circunstâncias essas que geravam desconfiança. Por outro lado, cada um sentia pertencer a subculturas que nada tinham em comum (nem mesmo no plano linguístico) com as outras, que apareciam como completamente alheias, embora expressassem um pertencimento geográfico à nação. Prevalciam, portanto, outras identidades, com ênfase, como evidencia este volume, para as regionais ou, até mesmo, locais, reforçadas no exterior por correntes emigratórias de mesma natureza e por redes sociais ativas, que garantiam aos recém-chegados hospedagem, oportunidades de trabalho, além de pequenos auxílios por parte de imigrados provenientes do mesmo município durante os primeiros anos de sua fixação, os mais difíceis de superar.

No entanto, com o passar das décadas, um senso de identidade nacional conseguiu emergir e se afirmar, talvez sem suplantando as velhas identidades, mas colocando-se lado a lado com elas. Destaque-se, como faz o autor, que isso ocorreu no exterior mais facilmente e de maneira mais precoce que na Itália – no Brasil, a partir do início do século XIX, graças a fatores internos e externos à coletividade. Entre estes últimos, emerge com força a circunstância de estar-se de posse de documentos que qualificavam os imigrantes como italianos, mas, sobretudo, o fato de serem percebidos pela opinião pública local e por outros grupos étnicos como provenientes de uma Itália indiferenciada, como um “eles” em relação a um “nós”. Contudo, os fatores internos talvez tenham sido os mais importantes. Para começar, ao contrário do que acontecia na Itália até a Primeira Guerra Mundial, havia a possibilidade de se trabalhar lado a lado com imigrantes de proveniência regional diversa, de se familiarizar

com eles, de viver uma condição comum, de compartilhar a mesma sorte, as mesmas ânsias, as mesmas preocupações, estabelecendo, assim, vínculos profundos com outros italianos, vínculos impossíveis no país de origem.

No Brasil, como em outras metas do êxodo, o esforço feito para infundir um senso comum de pertencimento foi levado adiante não tanto pelas escolas italianas que surgiram quanto por algumas ordens religiosas, como os escalabrinianos, e pela elite econômica e intelectual, através da miríade de periódicos que procuravam suscitar nos conterrâneos o orgulho de ser italiano (e de ter feito progredir, com sua presença e seu trabalho, a economia e a sociedade brasileiras). Acrescentem-se as igualmente numerosas associações étnicas que viram a luz além-mar, na maioria de socorros mútuos (por causa das carências persistentes de um sistema de previdência social), mas também de outras naturezas: beneficentes, culturais, de caráter econômico, de fruição do tempo livre ou esportivas. Estas nasceram exclusivamente nos centros urbanos e foram reservadas aos imigrantes e seus descendentes. Embora em sua grande maioria os inscritos pertencessem às classes populares, tais sodalícios eram quase sempre direta ou indiretamente geridos por membros da elite e, mais raramente, pelas classes médias intelectuais imigradas. Truzzi justamente evidencia como eles se serviam de tais agremiações como centros de poder e de controle da coletividade (circunstância, de resto, demonstrada por sua tendência contínua ao sectarismo), além da manutenção das relações com as oligarquias locais, enquanto a maioria dos sócios limitava-se a usufruir dos serviços garantidos pelos estatutos ou a desfrutar dos espaços de socialização colocados à disposição, não intervindo – ou fazendo-o em medida mínima – nas assembleias e nas eleições dos órgãos diretivos. É verdade que também foram fundadas sociedades cujo eixo era representado por identidades mais restritas (regionais ou locais), mas, no Brasil, e sobretudo no interior, estas foram relativamente poucas se comparadas, por exemplo, com os Estados Unidos, prevalecendo as que se estendiam aos nativos de todas as regiões, que tinham, além do mais, a vantagem de poder reunir, em uma única sede, imigrantes provenientes de diversas áreas italianas e pertencentes a diferentes classes sociais, facilitando sua aproximação.

Quaisquer que fossem as causas, o tema do “despertar nacional” somente veio verdadeiramente à baila com a conquista italiana da Líbia e, mais ainda, com a Primeira Guerra Mundial, graças à convicção de que a Itália enfim havia entrado no grupo das grandes potências, circunstância essa que

deu novo impulso à retórica patriótica por parte de associações e imprensa étnicas, envolvendo, pela primeira vez, as classes populares dos imigrantes. Mas, ao lado da difusão da identidade, o autor nos mostra como, *pari passu*, se afirmava a prática da integração na sociedade de acolhimento e como tal integração não significava o enfraquecimento da identidade nacional, mas sim um enriquecimento recíproco em termos de multiculturalismo, dimensão na qual a etnia convive com outras categorias analíticas e doa algo (com frequência muito) à nova pátria, recebendo, em igual medida, e fundindo-se com ela. De alguma maneira, não só a experiência brasileira, como também a latino-americana em geral, se distanciam – por uma série de motivos – da estadunidense, onde as diferenças culturais e até sociais deram origem a um fenômeno que perdura até hoje, o do *lobby* étnico. Os brasileiros de origem italiana (como também os argentinos, uruguaios etc.) são precisamente brasileiros de origem italiana e não ítalo-brasileiros, com hífen, como ocorre nos Estados Unidos.

Esse processo de inclusão pode ter sido mais ou menos lento, de acordo com alguns fatores: situações de isolamento territorial, idade, forte componente nacionalista, estratégias de emigração, maior persistência de identidades regionais, todas situações bem ilustradas por Truzzi. A longo prazo, no entanto, prevaleceu o multiculturalismo, ainda que em determinados períodos históricos tenham existido obstáculos a esse processo. No nosso caso, isso aconteceu durante o fascismo, que procurou usar os emigrados como massa de manobra para colocar em prática um expansionismo comercial, ideológico e de potência, ao ponto de não os definir mais como “emigrantes”, mas como “italianos no exterior”, de conquistá-los politicamente e de utilizar os representantes diplomáticos como propagandistas do regime. Pessoalmente, não considero, como faz Bertanha, aqui citado por Truzzi, que a adesão ao fascismo das classes subalternas que haviam emigrado para o Brasil tenha sido mais formal do que substancial, mais superficial do que interiorizada. Na realidade, a ditadura de Roma conseguiu de alguma maneira consolidar aquele processo de construção da consciência nacional iniciado nos primeiros anos do século XX e o fez graças ao prestígio que Mussolini foi conquistando internacionalmente, permitindo aos imigrantes se sentirem orgulhosos por pertencer a um país que, aos olhos de muitos, parecia moderno, organizado e temido. Tudo isso foi sustentado de maneira eficaz por uma obra insistente de convencimento, destinada a fazer coincidir, no imaginário dos imigrados, a

pátria com o fascismo e a politizar o próprio conceito de identidade nacional. No Brasil, porém, essa operação desmoronou com o segundo conflito mundial e a declaração de guerra à Itália por parte do governo de Getúlio Vargas impeliu grande parte dos italianos residentes a escolher, ainda que obrigados, a nova pátria (onde haviam nascido seus filhos e onde haviam estabelecido laços sólidos) em detrimento da antiga, que agora sucumbia sob o peso de suas falsidades e de suas conquistas ilusórias.